

# O mestre-pedagogo da escola atual<sup>1</sup>

## *The school's pedagogical master current*

Maria Auxiliadora Cavazotti<sup>(a)</sup>

(a) Professora do Curso de Pedagogia presencial da Faculdade Internacional de Curitiba (FACINTER) e professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (PPGE-UFPR). Graduada em Filosofia e Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná. Mestre e Doutora em História e Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pós-doutora na área de concentração: Filosofia e História da Educação pela Faculdade de Educação da UNICAMP (2008).

### RESUMO

O texto objetiva questionar as implicações do exercício da função do mestre-pedagogo da escola atual. Do ponto de vista teórico-metodológico, a reflexão estabelece relações entre o contexto sócio-histórico e as diferentes concepções de mestre, destacando a emergência do mestre-artesão, a transformação do mestre em educador da escola burguesa e, por fim, a formação profissional do mestre-pedagogo da escola atual, destinada aos trabalhadores. As responsabilidades do mestre-pedagogo, que exigem formação política e domínio do conhecimento científico, podem contribuir para o envolvimento do pedagogo no movimento intelectual pela construção, a partir de sua própria prática escolar e pedagógica, de uma nova configuração social.

**Palavras-chave:** Mestre. Pedagogo. Formação profissional. Prática pedagógica.

### ABSTRACT

*The text aims to question the implications of office of the master-teacher in school today. From a theoretical and methodological reflection establishes relationships between the socio-historical context and the different conceptions of teacher, highlighting the emergence of the master craftsman, a master of the transformation of the bourgeois school teacher and, finally, training the master teacher of the current school for the workers. The responsibilities of the master-teacher, which require political training and mastery of scientific knowledge can contribute to the involvement of the teacher in building the intellectual movement, from his own practice and teaching school, a new social configuration.*

**Keywords:** Master. Teacher. Training. Teaching practice.

---

<sup>1</sup> Este artigo foi elaborado inicialmente na forma de discurso, proferido na cerimônia de Colação de Grau das formandas de 2011, 1º semestre, do Curso de Pedagogia presencial, da Faculdade Internacional de Curitiba (FACINTER).

A produção teórica sobre o tema da Pedagogia e sobre os pedagogos sob diferentes abordagens é bastante fecunda na literatura educacional brasileira, como o caso dos trabalhos de Saviani (1983), Silva (1999), Pimenta (2002), Libâneo (2005), apenas para citar alguns, dentre muitos outros.

O presente texto, com o objetivo de questionar quais as implicações do exercício da função de mestre na escola atual, propõe a reflexão sobre o mestre-pedagogo, ou seja, aquele que educa as novas gerações escolares, aquele que ensina, sem a pretensão de elucidar um novo foco de pesquisa.

Como todos os fatos humanos, na história da nossa sociedade é que podemos buscar a emergência desse profissional com qual temos intimidade, pois passamos todos pela escola em algum momento de nossa vida.

Segundo o célebre Dicionário de Pedagogia de Ferdinand Buisson (2000), a formação do mestre acompanhou o percurso do desenvolvimento da escola moderna de instrução primária. Assim, segundo o autor,

Após ter começado há alguns séculos, para ser o que se tem chamado, com alguma grosseria, mas não sem justiça o “manuseador do alfabeto”, o mestre responsável pelo aprendizado da mais humilde das artes, o mestre da leitura e, depois, da escrita, pouco a pouco viu suas prerrogativas se ampliarem, suas atribuições se elevarem, sua responsabilidade crescer. O clero, sem ter a intenção de emancipá-lo, contribuiu, entretanto, para sua elevação, associando-o à instrução religiosa das crianças, tomando-o como auxiliar no estudo do catecismo, na preparação ou no acompanhamento dos deveres religiosos, nas cerimônias do culto (BUISSON, 2000, p. 143. Tradução nossa).

À época em que a Igreja exercia o mando principal nas comunidades, desempenhar essas funções consistia em ser alguém na aldeia. Consistia na possibilidade de fugir do papel mesquinho de mestre-escola - embora sua função consistisse apenas em fazer a explicação literal das palavras do catecismo ou a recitação mecânica do mesmo -, pois a opinião popular atribuía grande importância à instrução religiosa (BUISSON, 2000).

Daí para frente, o contexto social e político mudou e, à medida que o programa de instrução primária se tornou mais amplo, o domínio do mestre foi estendido sucessivamente e com isso aumentaram sua responsabilidade e dignidade.

O estabelecimento do sufrágio universal, obrigando a dar ao futuro eleitor o mínimo de conhecimentos necessários a todo cidadão, abriu quase inevitavelmente ao mestre novos horizontes: ele não teria

mais somente que instruir os escolares, ele prepararia as novas gerações, exerceria uma ação direta sobre seu espírito, sobre seu caráter, sobre sua futura direção moral e mesmo política (BUISSON, 2000, p. 143. Tradução nossa).

Entretanto, se essas novas perspectivas tinham inicialmente, animando a ambição dos mestres e suscitado algumas ilusões ou pretensões, as dificuldades geradas pelos avanços e recuos dos governos e dos regulamentos escolares, nas décadas seguintes, devolveram-lhes o sentimento da opressão, e só com muita dificuldade foi possível ver os mestres-escola começarem a reerguer a cabeça novamente (BUISSON, 2000).

A consolidação dos governos republicanos, após muitas tentativas, definiu enfim o destino dos mestres, na tradição da política liberal e devolvendo-lhes o papel que lhes fora atribuído pela constituição da escola moderna. Na França, por exemplo, o ministro da instrução pública Jules Ferry, pronuncia nos discursos oficiais, perante os congressos pedagógicos de 1880 e 1881, o que deveria ser doravante o mestre: um “educador”. Ou seja,

o educador por excelência, aquele que, em cada comunidade, representa, não o partido dominante, não tal opinião ou tal crença, mas a sociedade mesma, na medida em que ela se ocupa de preparar a criança para o futuro, na medida em que ela quer as novas gerações inteligentes, instruídas, livres, iguais e pilares da vida cívica (BUISSON, 2000, p. 143. Tradução nossa).

Portanto, na segunda metade do século XIX, consagram-se nas novas leis e regulamentos o que o ministro francês resumiu na fórmula: “a transformação do mestre em educador” (BUISSON, 2000). A historiografia nos revela, assim, que a concepção do mestre-educador foi produzida no século XIX, no contexto do pensamento educacional liberal.

A importância e significado histórico dessa mudança fez-se acompanhar da instrução primária como um serviço público, tornando-a gratuita, obrigatória e laica. Está consumada a revolução burguesa: o mestre-escola de outrora tornou-se o mestre no sentido moderno, no momento em que aos seus ensinamentos antigos, um tanto quanto simplistas, se acrescenta o novo conhecimento, o ensinamento da moral burguesa.

Porém, se no século XIX se consolida a escola primária burguesa, no século XX e no atual, como resultado da luta dos movimentos populares, emerge e se desenvolve a escola de ensino fundamental, na qual adentra a

classe trabalhadora. E o que dizer do mestre da escola dos trabalhadores? Qual a sua função?

A primeira vista somos levados a pensar que o interesse e o objetivo dos trabalhadores seria a universalização do ensino fundamental, “seja para proporcionar às suas crianças oportunidades de ascensão individual na escala social, seja para lhes proporcionar o acesso aos conhecimentos indispensáveis à organização da luta contra as classes exploradoras” (SAES, 2009, p. 99).

Na prática, porém, as coisas não se dão de forma tão simples, mas, ao invés disso, são bastante contraditórias. A valorização incondicional e absoluta do acesso, a defesa do direito ao ensino fundamental não tem sido de fato a atitude predominante entre as famílias de trabalhadores mais pobres, embora reconheçam o compromisso moral de fornecer educação escolar às suas crianças. Para essas famílias, as crianças constituem força de trabalho que pode ser colocada desde cedo a serviço da manutenção da renda da unidade familiar. Desse ponto de vista, “a entrada das crianças no ensino fundamental representa um desvio de energia que podia ser empregada na esfera do trabalho e, portanto, um empobrecimento da família trabalhadora” (SAES, 2009, p. 99). É por isso que “a evasão das crianças pobres, como consequência do fracasso escolar, [é] frequentemente encarada como fatalidade, e não como um acontecimento revoltante pelos pais desses alunos” (SAES, 2009, p. 99).

Talvez pela mesma razão, muitos pais de crianças pobres promovam “o retardamento da entrada dos seus filhos no universo escolar, sob o pretexto de que eles não teriam a maturidade necessária, presente desde cedo somente nos filhos dos ricos” (SAES, 2009, p. 99).

Podemos concluir, portanto, segundo a expressão clara de Luiz Antônio Cunha, que “as famílias de trabalhadores assalariados sempre tenderam a considerar *os custos indiretos da escolarização*”, vale dizer, “a renda sacrificada ou deixada de ganhar enquanto se estuda” (CUNHA, 1978, p.146 citado por SAES, 2009, p. 99).

Nessa mesma perspectiva, sem que o debate dessas questões fosse suficientemente esgotado com a participação ativa da representação dos segmentos interessados da sociedade, e principalmente pelo fato do setor

social dominante conservador culpabilizar os trabalhadores pela sua precária escolarização, desconsiderando ou minimizando as condições materiais concretas da produção de sua existência, restou à atual Constituição brasileira, promulgada em 1988, determinar aos pais a obrigação legal de matricularem seus filhos no ensino fundamental e fazê-los frequentarem regularmente à escola, penalizando-os pelo não cumprimento do dispositivo da lei.

Assim, aqui podemos encontrar nossa resposta: aos mestres dos filhos dos trabalhadores, que adentram nas escolas de ensino fundamental de hoje, cabe a árdua tarefa de educar, levando em conta que a educação assume o caráter de uma atividade mediadora no seio da prática social, exigindo-se, portanto dos educadores a competência pedagógica e o compromisso político, já que lhe cabe atuar sobre os indivíduos visando sua inserção social, o que implica a constante articulação entre o conhecimento científico e as razões políticas.

Por essa razão, as práticas pedagógicas e políticas resultam importantes para o mestre de hoje para que possa enfrentar os desafios que se expressam nos problemas da vida cotidiana que, como educadores, enfrentam constantemente nas escolas, em sala de aula, nas relações com os alunos, com os demais colegas professores, com os pais e na sociedade de modo geral. “Por sua vez, os desafios éticos, incidindo sobre os atos conscientes e voluntários dos indivíduos que afetam a sociedade em seu conjunto, os obrigam a deslindar os próprios fundamentos da vida em sociedade” (SAVIANI, 2008, p.20). Os desafios morais e éticos se manifestam de forma particular nas condições que vigoram atualmente em nosso contexto social.

Não se pode dizer que a sociedade atual carece de ética. De fato, ela tem uma ética que lhe é própria e que está referida a alguns princípios gerais e abstratos que encobrem valores concretos que conformam a própria vida da sociedade burguesa. Assim, os princípios da liberdade, igualdade, democracia e solidariedade humana são encobertos pelos valores do individualismo, da competição, da busca do lucro e acumulação de bens os quais configuram a moral burguesa que tem sua justificação numa ética também burguesa, erigindo-se, sobre esses mesmos valores, a política burguesa (SAVIANI, 2008, p.20).

E a educação é chamada, nessa sociedade burguesa, a realizar a mediação entre o conhecimento científico e o comportamento ético-político, formando os indivíduos de acordo com os valores requeridos por esse tipo de sociedade. “Assim, pela mediação da educação, se buscará instituir, em cada indivíduo singular, o cidadão ético-político correspondente ao lugar a ele atribuído na escala social” (SAVIANI, 2008, p.20).

Nesse contexto, as práticas pedagógicas e políticas permitem aos mestres-pedagogos enfrentar com maior ou menor clarividência, com maior ou menor conflito “os desafios que a situação de violência, corrupção, estímulo ao hedonismo, à competição, ao espírito de “levar vantagem em tudo” está colocando para a educação na sociedade brasileira atual” (SAVIANI, 2008, p.20).

### **A formação do mestre-pedagogo diante das questões sociais da atualidade<sup>2</sup>**

A complexidade crescente da realidade e do conhecimento socialmente necessário, como exposto, demanda a inserção do mestre-pedagogo no debate que permeia a sociedade atual, desenvolvendo uma reflexão filosófica sobre questões científicas, ético-políticas, ambientais e estético-culturais que impactam sua formação. Vejamos que conhecimentos cada uma delas contempla, segundo proposição de Klein (2000, p.57):

a) A reflexão científica demanda abordar todos os conhecimentos que permitem a compreensão dos processos da natureza e da sociedade.

O desenvolvimento de uma formação científica do educador objetiva superar conceitos de senso-comum, conceitos dogmáticos (pautados pelo princípio da autoridade), idéias obscurantistas por meio da apropriação das conquistas mais avançadas da ciência e do método (que lhe é próprio) como forma de se instrumentalizar para enfrentar os problemas e situações da vida social de maneira eficaz e autônoma.

---

<sup>2</sup> Neste tópico tomamos na íntegra reflexão desenvolvida em CAVAZOTTI, M.A. “Reflexão filosófica sobre o ser social, a produção do conhecimento e a educação” In: *Fundamentos teórico-metodológicos das disciplinas da proposta curricular do curso de formação de docentes - curso de formação de docentes - normal, em nível médio*. Curitiba: SEED- PR, 2008.

b) A reflexão ético-política se assenta no pressuposto de que a sociedade, além dos bens materiais, também produz valores morais e espirituais, inerentes às formas de relação humana.

Os valores produzidos na sociedade, muitas vezes, se afastam do objetivo de sociabilidade, contribuindo para a desagregação social. É o caso do individualismo, consumismo, corrupção que caracterizam as relações ditadas pela lógica perversa da fase atual de reprodução capitalista, capaz de transformar todos os âmbitos da vida social em mercadoria.

Como assinala Klein (2000: p.58) “é importante destacar que essas idéias, por força de sua presença constante, acabam tornando-se *naturais* e se impondo como *legítimas*”. Portanto, a reflexão ético-política demanda desmistificá-las com base em princípios que reafirmam as idéias de igualdade, de solidariedade e de cooperação na perspectiva da transformação social, superadora das relações de classe, determinantes da exploração entre os homens.

Cumprir levar em conta, também, a importância do papel que a mídia desempenha na formação da consciência ético-política, difundindo valores, idéias e comportamentos muitas vezes contrários aos legítimos interesses do conjunto da população.

Também, é relevante assinalar a veiculação entre os próprios educadores de conceitos pretensamente democráticos, que desacreditam o papel formador da geração adulta em relação às crianças e aos jovens. Esvaziam, também, a função da escola e do professor, ao criticar qualquer ação mais direcionada e afirmar a necessidade de uma liberdade absoluta para que os educandos definam seus interesses e comportamentos.

Nesse contexto, reafirma-se a importância de revitalizar a função social da escola na formação ético-política dos aprendizes por meio da definição dos valores morais e ético-políticos construtivos de uma sociedade verdadeiramente humana e da promoção de uma prática pedagógica que os realize de forma coerente.

c) A reflexão ambiental extrapola as questões sobre a natureza, abarcando a sociedade humana, pois esta é parte integrante do meio

ambiente. Por um lado, a exploração indiscriminada dos recursos naturais traz conseqüências para o meio ambiente, como: empobrecimento do solo, escassez de água, alterações climáticas, etc. (MORAES, ADIMARI E GARCIA, citado por KLEIN, 2003, p.59).

Este desequilíbrio, por sua vez, afeta a vida humana, pois, segundo Silva (1998, p.01),

O meio ambiente é o lugar onde se dá uma série de processos sociais, com diversas funções e formas espaciais, e que cuja distribuição espacial constitui a organização urbana.

Esclarece, ainda, a autora

No processo de organização do espaço o homem criou práticas espaciais, ou seja, um conjunto de ações que se desenvolvem diretamente sobre o espaço, modificando-o, preservando ou conservando em todo ou em parte, em suas interações e formas espaciais. Estas práticas envolvem padrões culturais, étnicos ou religiosos de cada sociedade; assim como técnicas que se dispõem em cada época, e que acabam por configurar de diversas formas a natureza e a organização espacial, e contribuem assim para viabilizar diversos projetos que objetivam a gestão do território, através de administração e do controle da organização espacial e sua existência e reprodução. (SILVA, 1998, p.01)

Portanto, os ambientes urbanos, ao comportarem os problemas decorrentes das relações sociais de exploração inerente ao modo de produção capitalista que visa o lucro, tornam a sobrevivência sob a forma humana cada vez mais difícil.

Assim, o questionamento sobre as questões ambientais comporta superar conceitos equivocados e preconceitos em relação à realidade social e natural, demandando contemplar conhecimentos de diversos campos, capacitando os sujeitos para assumir comportamentos responsáveis na busca de qualidade da vida coletiva.

d) A reflexão estético-cultural requer revelar que, em conseqüência da sociedade de classes, a distinção entre cultura popular e cultura erudita cede a elaboração cultural, ocultando o fato de que é o conjunto dos homens dessa sociedade que produz as condições efetivas de ambas. Segundo Klein (2000, p.61)

Ocorre que as condições de elaboração, aperfeiçoamento e divulgação dos produtos culturais, embora sendo devida ao conjunto da sociedade, são apropriadas pela classe dominante, quer enquanto

condições de produção, quer enquanto produto e por ela distribuídas segundo seus interesses, na forma de mercadoria.

Por outro lado, a limitação das condições de produção da classe proletária faz com que se desenvolva preconceito em relação às manifestações culturais que legitimamente representam essa população.

A dualidade em relação à cultura dita erudita e popular também se verifica na exaltação de uma em detrimento da outra.

A superação dessas limitações requer que se reconheça o caráter social da cultura, seja ela erudita ou popular, contendo ambas, necessariamente, elementos singulares e universais. Portanto, faz-se necessário resgatar as especificidades históricas contidas na memória e nas tradições dos distintos grupos sociais. Ao mesmo tempo, objetiva-se buscar a universalização da produção mais avançada, a interlocução entre padrões culturais distintos, bem como o acesso aos bens efetivamente de qualidade.

Por fim, para concluir a reflexão sobre as questões sociais que impactam a formação do educador, cabe lembrar que a prática pedagógica, ela própria, é condição de produção de novos conhecimentos. O exercício docente, na medida em que se configura como trabalho humano de intervenção na realidade, constitui *locus* de produção de conhecimento sobre o processo pedagógico, sendo capaz de revelar novos elementos, condições e propriedades que lhe são pertinentes.

### **Considerações finais**

Mas, por que é necessário repetir essas questões aos acadêmicos da Pedagogia que as estudam em diferentes disciplinas, sob a orientação de seus competentes professores, durante a formação no seu Curso profissional?

Primeiramente, porque é preciso ressaltar o enorme esforço que cada aluno em formação na Pedagogia empreende, ao longo dos anos de Curso, para poder dedicar-se aos estudos em nível de formação superior. Como trabalhador, sabe-se o quanto de energia social representa esse esforço, retirado do tempo de trabalho, seja da contribuição à renda de seus pais, maridos e mulheres, famílias de forma geral, seja das horas que seriam dedicadas aos cuidados com os filhos; aos momentos de lazer. Trata-se de um

gesto de grandeza e de crescimento humano que não mede sacrifícios próprios e dos familiares.

Por fim cabe ressaltar os compromissos do exercício profissional do pedagogo. É, sem dúvida, difícil resolver os problemas apresentados dentro do modelo vigente de sociedade; mas temos que crer que há espaço suficiente para que os mestres-pedagogos possam desenvolver uma atividade política, científica e cultural junto à comunidade escolar, mostrando que os objetivos nobres oficialmente atribuídos à escola podem orientar a construção de um projeto educacional alternativo e se converter em realidade num novo modelo de organização social, não mais orientado pelo objetivo de maximização do lucro.

Dito de uma maneira mais incisiva: a consciência da verdadeira raiz dos conflitos sociais ou funcionais, uma vez abordados de forma aprofundada por meio dos elementos teórico-práticos de que a formação do Curso de Pedagogia dotou seus profissionais, pode contribuir para o envolvimento do pedagogo no movimento intelectual pela construção, a partir de sua própria prática escolar e pedagógica, de uma nova configuração social.

#### Referências:

BUISSON, Ferdinand. **Dictionnaire de Pédagogie et D'Instruction Primaire**. (extraits). Établissement du texte, présentation et notes para Pierre Hayat. Paris: Kimé, 2000.

CAVAZOTTI, M.A. “Reflexão filosófica sobre o ser social, a produção do conhecimento e a educação” In: **Fundamentos teórico-metodológicos das disciplinas da proposta curricular do curso de formação de docentes - curso de formação de docentes - normal, em nível médio**. Curitiba: SEED-PR., 2008. p. 61 a 71.

KLEIN, L.R. Proposta político-pedagógica para o ensino fundamental. Campo Grande, MS: Secretaria de Estado de Mato Grosso do Sul, 2000.

SAES, Décio Azevedo Marques de. Classe média e escola capitalista. **Crítica Marxista**. nº 21, Rio de Janeiro: Revan, 2005. pp.97 a 112.

SAVIANI, Dermeval. A investigação sobre ética e política na dinâmica da pesquisa em educação no Brasil e sua importância para a formação do educador. **Filosofia e Educação** (On-line) ISSN 1984-9605, Vol. 3, No 1 (2011): Dossiê Poiethos - segmento Ética.

<http://www.fe.unicamp.br/revista/index.php/rfe/article/viewArticle/2884>.

Último acesso em 23/08/2011

SILVA, M.C.B. et al. As práticas espaciais no centro formal da cidade de Curitiba. In: **Espaço: sociedade e meio ambiente**, Curitiba: IBPEX, 1998.